



À COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SRA. FRANCIELE JARDIM PERDOMO
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO EDITAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO

REF.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2022

JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS, Leiloeira Pública Oficial, matriculada na JUCERJA sob o nº 155, com escritório na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 540 – Sala 406 – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ, vem, à presença de V.Sa. apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** supracitado, TEMPESTIVAMENTE, pelos motivos que passa a expor:

1. Inicialmente, cumpre ressaltar que o presente Edital tem por objetivo o credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais para preparar e realizar leilões de bens móveis e imóveis do município de São Sebastião do Alto;
2. O Edital supracitado é regido pelo Decreto Lei 21.981/32, que regula a profissão do leiloeiro e da Instrução Normativa DREI Nº 72 DE 19/12/2019.
3. **Sendo assim, a regra precípua do presente Edital é credenciar os leiloeiros para realizar leilão dos bens da Prefeitura obedecendo os princípios da lei, em plena consonância com os dispositivos citados acima.**
4. Ocorre que, ao adquirir o edital, a impugnante se deparou com questões teratológicas que vão de encontro à legislação em vigor, que podem também prejudicar a atuação do leiloeiro.

(21) 2548-5850

www.jvleiloes.lrl.br

contato@jvleiloes.lrl.br

Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 540 – Sala 406
Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22020-001



5. No item 10 do Edital é informada a remuneração do leiloeiro contratado: *“A remuneração do LEILOEIRO contratado para realizar o leilão será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento) para bens móveis e 3% (três por cento) para bens imóveis, calculada sobre o valor de venda de cada bem ou lote negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência do Município de São Sebastião do Alto, pelo próprio LEILOEIRO, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens, conforme prescreve o § 2º do artigo 42 do Decreto nº 21.981/32, c/c o parágrafo único do artigo 24 do mesmo decreto.”*

6. Essa mesma informação acerca da comissão do leiloeiro é prestada no item 3.6 e no item 5.2.18 do Anexo I.

7. Porem tal informação é inverídica ou foi interpretada da forma equivocada pela Prefeitura, senão vejamos:

O Decreto Lei 21.981 de 1932 dispõe em seu artigo 24:

“A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender, eles estabelecerem com os comitentes. Em falta de estipulação prévia, regulará a taxa de 5% (cinco por cento), sobre móveis, mercadorias, joias e outros efeitos e a de 3% (três por cento), sobre bens imóveis de qualquer natureza.

Parágrafo único. Os **compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados**”

A Instrução Normativa reforça ainda mais esta regra, quando dispõem:

“Art. 70. É proibido ao leiloeiro:

II - sob pena de suspensão:

a) **cobrar do arrematante comissão diversa da estipulada no parágrafo único do art. 24, do Decreto Federal nº 21.981, de 1932**

8. Ou seja, o comitente (aquele que vende, que contrata o Leiloeiro, no caso em tela a Prefeitura de São Sebastião do Alto) deverá estipular a comissão que pagará ao Leiloeiro, no caso de não haver convenção prévia será estipulado 3% para imóveis, **porém como muito bem informa o parágrafo único, o arrematante pagará OBRIGATORIAMENTE 5% sobre quaisquer bens arrematados, sejam eles móveis ou imóveis.”**

(21) 2548-5850

www.jvleiloes.lrl.br

contato@jvleiloes.lrl.br

Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 540 – Sala 406

Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22020-001



9. Acrescente-se ainda, conforme dita a Instrução Normativa, que o leiloeiro que cobrar comissão diversa de 5% ao arrematante poderá ser suspenso, visto que esta prática é proibida.

10. Em resumo, é ILEGAL o leiloeiro cobrar do comitente o valor de 3% (três por cento) de comissão sobre os bens imóveis, sendo **SEMPRE** cobrado o mesmo valor de comissão, tanto para bens móveis, quanto para imóveis.

11. Não sendo crível que a Prefeitura elabore Edital de Credenciamento de Leiloeiro que estimule que este profissional não obedeça ao próprio ordenamento jurídico que o regulamenta, sendo passível ainda de, caso atenda às regras editalícias, suspensão pela Junta Comercial.

12. Outro ponto que deve ser analisado é o item 3.4.2, item II, do Edital, que solicita a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual OU Municipal.

13. Ocorre que para exercer a profissão de leiloeiro no Rio de Janeiro, exclusivamente, é OBRIGATÓRIA a inscrição no cadastro do ICMS (cadastro da Fazenda Estadual do RJ), antes do início de suas atividades, conforme se depreende da Resolução do SEFAZ 994 de 31 de março de 2016:

Art. 9.º Estão obrigadas à inscrição no CAD-ICMS, antes do início de suas atividades, as seguintes pessoas físicas que exerçam, com a finalidade de comercialização:

I.- atividade primária, assim considerada:

- a) a agricultura;*
- b) a pecuária;*
- c) a extração e a exploração vegetal e animal;*
- d) a exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas de pequenos animais;*
- e) a captura de pescado in natura, desde que a exploração se faça com*

(21) 2548-5850

www.jvleiloes.lrl.br

contato@jvleiloes.lrl.br

Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 540 – Sala 406

Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22020-001



apetrechos semelhantes aos da pesca artesanal (arrastões de praia, rede de cerca etc.), inclusive a exploração em regime de parceria;

II.- atividade de leiloeiro público.

14. Corroborado pela Portaria SUCIEF nº 3/2015 de 07 de abril de 2015, em seu Art. 1º, que divulga a tabela de correlação entre atividades econômicas e obrigatoriedade de inscrição no CAD-ICMS, constante do Anexo Único desta Portaria:

ANEXO ÚNICO

Código da CNAE	Descrição	Obrigatoriedade de inscrição estadual
8299704	Leiloeiros independentes	Sim

15. Se a SEFAZ-RJ obriga o leiloeiro a se cadastrar no cadastro de contribuintes ANTES do início de suas atividades e o leiloeiro não está inscrito em tal cadastro, ele não está REGULAR! ***Qualquer leiloeiro que atue no Rio de Janeiro e que não seja inscrito no CAD-ICMS não pode ser considerado regular perante a Fazenda Estadual.***

16. Esta exigência de cadastro faz com que a prova de inscrição e regularidade para com a Fazenda Estadual seja um documento imprescindível para a contratação de leiloeiro, devendo ser obrigatória sua apresentação e não opcional, como no caso do presente Edital de Credenciamento.

17. Diante do exposto, requer que seja obrigatória a prova de inscrição e regularidade perante a Fazenda Estadual, pelos motivos que expôs acima.

(21) 2548-5850

www.jvleiloes.lrl.br

contato@jvleiloes.lrl.br

Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 540 – Sala 406
Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22020-001



18. Solicita ainda que a Prefeitura não interfira na remuneração que deve ser paga pelo arrematante ao leiloeiro contratado, visto que, além do percentual já estar estipulado em lei desde o ano de 1.932, é algo que não tem qualquer interveniência da Prefeitura.

19. Por fim, após as correções do edital de credenciamento, que seja determinada a republicação do Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto para a entrega da documentação como determina a lei, para que todos os participantes tenham tempo hábil para a participação do sorteio, por ser medida de inteira isonomia e justiça.

Nestes Termos,
Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2022.

JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS

Leiloeira Pública Oficial

(21) 2548-5850

www.jvleiloes.lrl.br

contato@jvleiloes.lrl.br

Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 540 – Sala 406

Copacabana – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22020-001